Complexidade e Economia Solidária

LUÍS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS*
EDNA MARTA PELOSI**

Resumo: Diante do domínio capitalista e de seus efeitos danosos sobre boa parte da população, começam a surgir, da periferia do capital, movimentos contra-hegemônicos, que embora não estando baseados numa unidade do saber ou numa macro-teoria, apontam para um conjunto de alternativas emancipatórias que vêem despertando atenção. Considerando a crise de paradigmas da atualidade, em que tanto as narrativas capitalistas ou socialistas tradicionais, não conseguem mais atender consistentemente às demandas da contemporaneidade. Nesse sentido, acredita-se que a perspectiva complexa proposta por Edgar Morin, poderá dar contribuições importantes para uma melhor compreensão da realidade e dos novos movimentos socioeconômicos que veem se manifestando. Edgar Morin argumenta que a lógica capitalista dominante fundamenta-se numa epistemologia reducionista e unidimensional, que ao desprezar aspectos sociais, culturais, políticos e ecológicos – submete toda a realidade à sua lógica de dominação e acumulação, mesmo quando estas se traduzem em perversos quadros de exclusão e exploração do homem e da natureza, e por isso, entende-se que a pluralidade de propósitos abarcados no contexto da economia solidária, além de representar uma alternativa mais consistente e sustentável, pode representar um avanço na construção de uma nova racionalidade e de um novo paradigma de sociabilidade.

Palavras Chave: Pensamento Complexo; Racionalidade Capitalista; Economia Solidária.

Abstract: In the face of capitalist rule and its harmful effects on much of the population, begin to emerge, from periphery the of capital, counter-hegemonic movements, that although not based on unity of knowledge or a macro-theory, point to a set of emancipatory alternatives that are drawing attention. Considering the current crisis of paradigms, in which both the traditional narratives capitalist or socialist, fail to meet more consistently the demands of contemporary times. In this sense, it is believed that the complex approach proposed by Edgar Morin, can make important contributions to a better understanding of reality and of new socioeconomic movements that are manifesting. Edgar Morin argues that the dominant capitalist logic is based on a reductionist and one-dimensional epistemology , that despite social, cultural, political and ecological aspects – imposes its domination and accumulation logic, even when this results in perverse frames of exclusion and exploration of man and nature, and therefore, it is understood that the plurality of intents addressed in the context of the solidarity economy, besides representing a more consistent and sustainable alternative , may represent an advance in the construction of a new rationality and of a new paradigm of sociability.

Key words: Complex Thinking; Capitalist Rationality; Solidarity Economy.

* **LUÍS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS** é Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Professor Adjunto do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Londrina – UEL.

** **EDNA MARTA PELOSI** é Mestranda do PPGA-UEL e servidora pública na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Campo Mourão.

1. Introdução

A racionalidade moderna sempre esteve fundamentada na crença de que o crescimento e o desenvolvimento das forças produtivas pudessem levar a uma situação de bem estar e qualidade de vida para todos, de que o domínio da natureza pelo homem, através do aprimoramento da ciência, pudesse libertá-lo de todas as agruras da pré-modernidade, da fome, dos riscos e da ignorância. Porém o que se presencia hoje, embora num contexto de desenvolvimento científico e tecnológico sem precedentes, é, paradoxalmente, uma reprodução de todo o risco, ignorância, fome e injustiça que a racionalidade moderna prometeu dissipar (SANTOS, 2000). Assim, se de um lado vê-se a riqueza e a acumulação de capital, por outro, e em maior proporção, vê-se a fome, a exclusão social e os riscos derivados tanto das injustiças sociais, que podem levar à guerra, quanto da exploração e degradação da natureza, que pode levar ao desastre ecológico e de forma mais aguda, à ameaça de nossa existência na terra (MORIN, 2005a, 2011; SANTOS, 2000)

Tal situação parece indicar uma crise social decorrente do modelo de sociabilidade eleito pela racionalidade moderna como o mais adequado para bancar a sua proposta de desenvolvimento, a saber: o capitalismo, que reforçado pelos pressupostos neoliberais desde as últimas décadas do século XX, tem sido assimilado, como questionam Anderson (1992), Sousa Santos (2002) e Morin (2002, 2007, 2011) como único modelo social e econômico viável, tendo se chegado a pensar, como propôs Fukuyama (ANDERSON, 1992), que, com o fim da narrativa socialista, tínhamos chegado ao fim da história, e que a ciência tinha conquistado o essencial de seus princípios e resultados (MORIN, 2007, p. 120).

Para Sousa Santos e Rodríguez (2002), dois são os motivos pelos quais é preciso pensar e lutar por alternativas sociais e econômicas ao capitalismo. Em primeiro lugar porque se vive numa época em que a ideia de que não há alternativas ao capitalismo conseguiu um nível de aceitação sem precedentes na história do capitalismo mundial. Em segundo lugar porque ao contrário dos séculos XIX e XX, no início do novo milênio a alternativa sistêmica ao capitalismo representada pela economia centralmente planejada, não se demonstrou viável e nem pode ser identificada como desejável, já que o autoritarismo político e a tentativa de regular todas as variáveis econômicas de forma centralizada, demonstram-se cada vez mais afastas da realidade complexa, que pressupõe um ser humano multidimensional e um mundo globalizado. Isso significa dizer que o modo de pensar a economia em termos de dois opostos mutuamente excludentes: capitalismo ou socialismo, não se faz mais possível diante da complexidade da sociedade atual. Se por um lado, a proposta socialista se tornou incompatível com a economia global que se desenvolveu o capitalismo

de livre mercado, que emergiu vitorioso depois de sua derrocada e tomou conta do mundo e seus governos, demonstrou por outras vias, que também não é compatível com uma sociedade social e ambientalmente sustentável, precisando, pois, ambas as narrativas, serem revistas (MORIN, 2011).

Entretanto, como o capitalismo revela um movimento globalizador seletivo, com a maior parte da população do planeta sendo menos diretamente atingida – não podendo então, estas populações majoritárias consumir o Ocidente globalizado em suas formas puras (financeira, econômica e cultural), as respectivas áreas acabam por ser os lugares onde esta globalização é relativizada ou recusada e a vida local se manifesta como uma resposta e uma reação a esta exclusão (SANTOS, 2010). Da periferia do capital emerge uma nova forma de globalização, uma globalização, como afirma Milton Santos (2010), de baixo para cima e a partir das possibilidades reais destas localidades. Trata-se de uma globalização contra-hegemônica (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002), alternativa à globalização neoliberal, que exatamente por emergir da periferia e das múltiplas culturas, conhecimentos e práticas existentes no seio destas sociedades, não está baseada em uma unidade do saber, em uma unidade das ciências, como outrora se deu a globalização hegemônica – e da mesma forma, nada tem a ver com uma "macro-teoria", ou mesmo uma alternativa definitiva ao capitalismo. É nesta globalização alternativa e no seu embate com a globalização neoliberal que Santos (2002, p. 15) afirma que estão sendo tecidos os novos caminhos da emancipação social.

A possibilidade de construção de uma sociedade mais justa e igualitária emerge, desta forma, de alternativas (no plural) como bem salienta (Santos, 2002), ou de múltiplas vias, como prefere Morin (2011), que embora eivadas dos mesmos ideais igualitários e solidários expressos no socialismo, não se condensam numa única forma de produtivismo e sociabilidade, não representam uma solução definitiva, mas ampliam o espectro do possível através da experimentação e da reflexão – contribuindo de forma grandiosa para o pensamento crítico ao evidenciar que a realidade pode ir além daquilo que existe.

No Brasil, estas alternativas tem se revelado, principalmente, através da Economia Solidária (SINGER, 2002), seu ressurgimento, aflora no contexto da informalidade que, a partir de um certo momento, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, deixou de ser negligenciada como um resíduo marginal, passando então a ser considerada um traço estrutural do capitalismo. Com o tempo, como explica Gaiger (2009), o alastramento e perduração da informalidade levou a perceber que ela se inseria em estratégias mais amplas e que os setores populares mostravam-se capazes de se organizar e instituir novas frentes de mobilização – primeiro a Economia Popular (a economia dos pobres) e depois, nos anos 1980, as primeiras experiências coletivas de geração de renda, germes da Economia Solidária, subsidiadas desta feita por diversas organizações como a igreja, instituições de microcrédito, comunidades de base, associações de moradores, dentre outros.

Assim, inserimos a Economia Solidária no contexto desta globalização contra-hegemônica, que emerge de forma espontânea, como um movimento dialógico, ou seja, de oposição à lógica

capitalista e que é contemplada pelo pensamento complexo de Morin como uma possibilidade, dentre tantas outras, de construção de um novo paradigma de sociabilidade.

Assim, valendo-nos do pensamento complexo de Edgar Morin, e da sua crítica à racionalidade moderna, argumentamos que as iniciativas de Economia Solidária, dentre tantas outras, podem, de forma gradual, contribuir para a construção de um novo paradigma de sociabilidade uma vez que extrapola o domínio econômico, apresentando uma visão multidimensional da vida, da sociedade e do ser humano, numa nova concepção de mundo e de sociabilidade centrada nas relações.

Além desta parte introdutória, o ensaio se constitui de mais três partes, onde primeiramente será exposto o pensamento complexo de Edgar Morin, suas críticas ao paradigma hegemônico e suas preposições acerca da economia e da organização social; Na sequência vemos os pressupostos da economia solidária segundo a visão de Singer e Mance e, por fim, tem-se as considerações finais, onde se destaca a importância da economia solidária como uma via alternativa ao capitalismo.

2. A raiz epistêmica do problema

O paradigma dominante opera, segundo Morin e Le Moinge (2000) sobre quatro pilares básicos : os pilares da certeza – que têm por causa e efeito dissolver a complexidade pela simplicidade: o *princípio da ordem*, *o princípio da separação*, o *princípio da redução*, e o *caráter absoluto da lógica dedutivo-identitária*. O primeiro postula um universo regido por leis deterministas (Newton). O segundo, que todo o fenômeno deve ser decomposto em suas partes elementares a fim de ser melhor compreendido (Descartes), sendo o maior responsável pela fragmentação dos saberes e pela especialização não comunicante. O *princípio da redução,* por sua vez, supõe que os elementos de base do conhecimento se circunscrevem aos domínios físicos e biológicos, deixando em plano secundário a visão de conjunto, a mudança e a diversidade, reduzindo então, o cognoscível àquilo que é mensurável, quantificável e formalizável. Pela *lógica indutiva-dedutiva-identitária* tudo que não passa pelo crivo da razão é expurgado da ciência, ela afasta do seu domínio o sujeito, o subjetivo, e tudo o mais que não consiga pela sua lógica (MORIN; LE MOIGNE, 2000).

Como explica Santos (2000), deriva destes princípios a ideia de ordem e estabilidade do mundo, a crença de que o passado se repete no futuro e que toda a desordem e todo o acaso é uma carência do conhecimento humano, de uma ignorância provisória. Esta ideia de mundo-máquina é de tal modo poderosa que domina todo o conhecimento moderno. Ao se propor um conhecimento afastado da reflexão filosófica, apartado do senso comum e das humanidades, estabelece um caráter funcional e utilitário, que favorece as pretensões de dominação da classe burguesas do século XIX Ao se assumir a racionalidade tecno-instrumental como absoluta, elege-se a lógica parcelada, compartimentada, mecânica e disjuntiva, que destrói o complexo, fragmentando e fracionando os problemas, levando à perda da visão de conjunto, das conexões e articulações e de seus desdobramentos, que ao serem desprezados alimentam a irresponsabilidade e o desprezo com as consequências de cada ato (MORIN, 2005a).

Assim, no domínio econômico, ao mesmo tempo em que a economia se apresenta como a ciência social matematicamente mais avançada é a ciência social e humanamente mais atrasada, porque se abstrai das condições sociais, históricas, políticas, psicológicas e ecológicas, todas estas imbricadas à atividade econômica (MORIN; LE MOIGNE, 2000). Neste contexto, o capitalismo, ao se impor como única forma de organização social possível submete todo o universo a sua lógica de acumulação e dominação; ao colonizar os recursos naturais, coloniza também a cultura das sociedades dominadas, ignora as singularidades, a localidade e a temporalidade de cada forma de existência, e, sobretudo, ignora os malefícios que essa dominação causa tanto nos domínios naturais quanto sociais.

Assim, Edgar Morin propõe uma reforma paradigmática, uma reforma em que o conhecimento do mundo leve em conta o contexto, o global, o multidimensional e o complexo. Neste sentido, no que se refere à organização da sociedade, defende o pluralismo no campo econômico, político e cultural. Quanto maior o pluralismo no campo econômico, político e cultural, maior são as possibilidades de liberdade e escolha individual e menos nossa vida é programada e fonte de dominação e manipulação. "É nestas condições que a submissão do indivíduo se torna moderada, que a marca indelével dos determinismos culturais passam a conformar algumas brechas, e que os desvios passam a desempenhar um papel inovador ao invés de serem rechaçados" (MORIN, 2005b, p. 274). Este é um aspecto fundamental para a discussão que aqui empreendemos – a Economia Solidária, considerada neste contexto um desvio, um contraponto à lógica dominante, representa uma possibilidade de emancipação, de libertação da lógica capitalista dominante e opressiva.

Dessa forma, ao conceber o indivíduo autônomo e capaz de influir no processo social, o paradigma da complexidade, assim como a dialética, afasta-se da concepção metafísica hegemônica, que, como salienta Konder (1998, p.9) "prevaleceu ao longo do tempo porque correspondia, nas sociedades divididas em classes, aos interesses das classes dominantes, sempre preocupadas em organizar duradouramente o que já estava funcionando". Contudo, uma análise mais profunda da metodologia complexa aponta para um novo conceito de transformação, que, ao contrário da dialética, não prevê necessariamente a transformação com base na superação de um modelo social pelo outro, mas sim, a possibilidade de convivência de diferentes formas de organização social no seio de uma mesma sociedade complexa, num processo dialógico constante.

A complexidade apresentada por Morin propõe uma nova lógica que se opõe à visão polarizada e excludente entre princípios organizativos distintos (capitalismo x socialismo), defendendo em seu lugar a necessidade de modelos híbridos e complementares, considerando-se que a realidade é multifacetada, constituída por uma infinidade de nuances que não podem ser reduzidas ou aniquiladas, mas respeitadas como inerentes à realidade social em que vivemos.

3. A Economia Solidária

Respaldados numa abordagem mais complexa e condizente com a realidade atual, emerge um contramovimento à ortodoxia individualista do capitalismo, que se caracteriza pelas redes de Economia Solidária e suas variadas

expressões, como as cooperativas operárias, as organizações econômicas populares e empresas autogestionárias. Economia Solidária é assim definida como um sistema socioeconômico aberto, que traz consigo uma proposta multidimensional, amparada nos valores da cooperação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, substituindo o modelo hierárquico vertical pela horizontalidade das relações, visando à emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental (SINGER, 2002).

O caráter multidimensional e contra-hegemônico da Economia Solidária fica evidente nas diversas motivações e proposições que permeiam o campo. Neste ensaio enfatizamos as propostas de Paul Singer e Euclides Mance. O olhar mais detido nestes autores justifica-se pela grande relevância de seus estudos em âmbito nacional e também pela amplitude do escopo de suas obras, que as tornam em cada conjunto, modelos e teorias completas de Economia Solidária. Contudo, pela limitação de espaço que se nos impõe aqui, enfocaremos no principal problema do modo de produção capitalista apontado por cada um dos autores e como estes veem a Economia Solidária como alternativa a tal problema.

No que pese à crítica ao capitalismo, o aspecto mais evidenciado por Singer é a exclusão social. Esta tendência excludente foi atenuada pelo que o autor chama de "implantes socialistas" do sufrágio universal, da barganha coletiva, da legislação do trabalho e da previdência social que o movimento operário e seus aliados conquistaram no século XX. Contudo, com o avanço neoliberal no último quarto do século XX, ocorreu uma rejeição orgânica destes implantes (exceto o sufrágio universal) (SINGER, 2003, p. 9). Diante destas circunstâncias, o autor sugere a necessidade de se reconceituar o socialismo, no sentido de uma separação entre revolução política e revolução social. Nestes termos, ao se voltar para a experiência cooperativa demonstra que estas se constituem numa lenta revolução social e que, portanto, devem ser resgatadas. "A economia solidaria é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba." (SINGER, 2003, p. 10). Em nível macroeconômico é importante que a classe trabalhadora retome seus poderes, como ainda defendem os marxistas. Mas ações de cunho nacional neste sentido são insuficientes no atual sistema econômico, pois não atingem muitos excluídos e miseráveis. Assim, é preciso ações efetivas na esfera microeconômica para resgatar indivíduos do círculo vicioso da pobreza (SINGER, 2003).

Dessa forma, o compromisso maior deste tipo de empreendimento econômico para Singer é com a igualdade. O princípio da competição que rege o sistema capitalista acaba produzindo sociedades profundamente desiguais, uma vez que as situações de desigualdade se perpetuam por gerações (SINGER, 2002). O caminho para o fim da desigualdade seria a substituição de uma economia competitiva por uma economia solidária. "A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em

vez do contrato entre desiguais" (SINGER, 2002, p. 9).

O principal contraponto da proposta de Mance ao domínio capitalista está na sua concepção de bem viver. Para o autor não devemos crer que é preferível o padrão de vida de uma sociedade mais rica, uma vez que o padrão de riqueza vigente ignora a importância do tempo livre, os valores morais, o teatro, a dança, a música, etc., que nos conferem uma outra possibilidade e concepção de bem viver. Uma sociedade mais rica é aquela que eticamente as pessoas se respeitam e se desejam em liberdade. Em contrapartida, a pobreza pode ser compreendida como insuficiência das mediações que permitam às pessoas e coletividades existirem dignamente como livres seres humanos (MANCE, 2002, p. 227). O bem viver é entendido então como o exercício humano de dispor das mediações políticas, materiais, educativas e informacionais para garantir eticamente a realização de tudo o que possa ser concebido e desejado pela liberdade individual que não negue a liberdade pública (MANCE, 1999, p. 16-17). Tal concepção de bem viver destoa da concepção capitalista, calcada na posse de bens materiais, na ostentação e nas imagens publicitárias. Nesta perspectiva, o principal papel da Economia Solidária está na reorientação para o consumo – ao invés do consumo desenfreado, ostensivo e alienante propõe-se o consumo solidário, com vistas a garantir o bem estar da coletividade.

Vale ressaltar que estas duas propostas constituem-se num pequeno recorte de um amplo espectro de estudos na área. Diversas são as teorias e os pontos de referência utilizados para dar ensejo às teorias de Economia Solidária, porem ainda que multifacetados apoiam sua argumentação na crise civilizatória engendrada pela lógica utilitarista capitalista centrado na cultura consumista, individualista e de degradação do meio ambiente. Assim, a Economia Solidária propõe-se a trazer alternativas que consigam apontar para uma nova racionalidade que seja includente e aponte para uma nova forma de sociabilidade mais solidária e sustentável.

4. Considerações finais

De acordo com Morin (2011), seria impossível aniquilar brutalmente um capitalismo que hoje faz parte da tessitura do planeta. Isso, no entanto, não significa dizer que é chegado o fim da história, mas sim que, ao partirmos de uma abordagem complexa, não podemos ignorar a influência que tal lógica imprime no contexto global, nas diferentes culturas e localidades, modos de ver e conceber a vida. Porém o que e se pode e se deve fazer é impor-lhe regras, controles e contramovimentos que lhes façam frente. O que se pode fazer, sobretudo, é desenvolver a economia plural, cujos progressos, inclusive os da economia social e solidária, reduziriam progressivamente a área de influência capitalista. Assim, como alternativa ao capitalismo e a todas as vicissitudes que este suscita, o pensamento complexo propõe "vias"; alternativas plurais, que se constituem, como destaca Santos (2007) de redes e alianças costuradas entre diferentes movimentos sociais espalhados pelo mundo que, mesmo não representando uma proposta de ruptura definitiva ao capitalismo, trazem em seu bojo ideias de avanços progressivos e a possibilidade de construção de múltiplos arranjos econômicos e sociais.

Dentre estas múltiplas iniciativas, as quais Santos (2007) chama de uma globalização contra-hegemônica,

destacou-se neste ensaio, a Economia Solidária – uma forma de organização social mais condizente com a proposta do pensamento complexo de Edgar Morin – já que se apoia numa visão multidimensional complexa, em que valores como solidariedade, bem estar coletivo e respeito ao meio ambiente, se sobrepõem aos mecanismos individualistas, unidimensionais e utilitaristas do modelo socioeconômico vigente.

Porém, é importante ter clareza que não se pode acreditar numa mudança repentina, mas num projeto que só poderá realizar-se consistentemente através de mecanismos educacionais emancipatórios que conduzirão a uma nova cultura capaz de fazer emergir a dimensão solidária, cooperativa, sensível e de cuidado, algo desprezado pelo domínio da lógica tecno-instrumental, como expõe o próprio Morin:

> O paradigma simplificador (disjunção e redução) domina nossa cultura hoje e é hoje que começa a reação contra seu domínio. Mas não é possível tirar, eu não posso tirar, não pretendo tirar de meu bolso um paradigma complexo. Um paradigma complexo, ao ser formulado por alguém [...], é, no fundo, o produto de todo um desenvolvimento cultural, histórico, civilizatório. O paradigma complexo resultará do conjunto de novas concepções, de novas visões, de novas descobertas, e de novas reflexões que vão se acordar, se reunir (MORIN, 2007, p.76).

Ainda que a visão complexa aponte para outro entendimento da realidade social que parece mais condizente e apropriado à contemporaneidade e aos desafios que os novos tempos nos impõem, há que se atentar para uma possível fragilidade, ou pelo menos motivo de preocupação, quando diferentes experiências socioeconômicas são convidadas a se relacionar dentro de uma perspectiva de multiplicidade. Não se pode negligenciar a possibilidade e o risco dos movimentos mais estruturados e poderosos virem a eliminar ou cooptar os demais, o que talvez aponte para a viabilidade de convivência entre lógicas diferentes, mas não radicalmente opostas.

Neste entendimento, temos que as noções de progresso, desenvolvimento, ciência e técnica que nos conduziram à atual sociedade globalizada precisam ser revistas, revolucionadas, renovadas, mas não rechaçadas, uma vez que já fazem parte da tessitura social (MORIN, 2011). E, portanto, qualquer alternativa que se oponha radicalmente a estas noções tende a se isolar e perder representatividade e potencial de mudança. O que se pretende dentro de uma visão complexa é a "ampliação" destas noções, de modo que o progresso de certas regiões e países não implique na exploração e exclusão de outros; que o desenvolvimento não se dê às custas da degradação ambiental; que o uso da ciência e da técnica não se volte apenas para a acumulação capitalista, reduzindo os empregos deteriorando as relações de trabalho e sociais , pois como afirma Morin (2005b, p. 219): "Os desenvolvimentos técnicos e econômicos de nossa civilização estão ligados a um subdesenvolvimento psíquico e moral".

Em suma, a transformação social, do ponto de vista da complexidade tem o caráter de uma metamorfose que, radicalmente diferente da revolução de tabula rasa, que não considera o passado histórico e da conservação sem mudança, traz em si a conservação do mesmo em sua transformação em outro (MORIN, 2011, p. 56). Além do mais há que se pensar em termos de

alternativas – no plural – já que qualquer proposta que aponta para soluções definitivas e monolíticas, certamente está distante da realidade e dos ideais democráticos.

Referências

ANDERSON, P. **As Origens da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

GAIGER, L.I. **Antecedentes e Expressões atuais da Economia Solidária**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, p. 81-99, 2009.

KONDER, L. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasilense, 1998.

MANCE, E. A. **A Revolução das Redes**: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Redes de Colaboração Solidária**: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002

MORIN, E. **A minha esquerda.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a.

_____. **O método 5: a humanidade da humanidade**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005b.

_____. **Em Busca dos Fundamentos Perdidos**. In: MORIN, E. Em Busca dos Fundamentos Perdidos: textos sobre o marxismo. Porto Alegre: Sulina, 2002.

_____.; LE MOIGNE, J. L. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

SANTOS, B. S. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A crítica da razão indolente, para um novo senso comum.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Globalização e Desemprego**: diagnóstico e alternativas. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2003

_____. A Crise Capitalista e a Economia Solidária. 2009. Disponível em: <http://economiasocialistads.blogspot.com/2009/03/paul-singer-crise-capitalista-e.html.>

Recebido em 2012-05-23
Publicado em 2013-03-11